

# MÃE PRETA

AFETO E VIOLÊNCIA,  
ESCRAVA E PROTEÇÃO

Carla Alessandra M. de Freitas Bastos

[...] Bamidele, a esperança anunciou que ia ter um filho. A partir daquele momento não houve quem não fosse fecundado pela esperança [...] todos se engravidaram da criança nossa, do ser que ia chegar. [...] Lá estava mais uma de nossa descendência sendo lançada à vida pelas mãos de nossos ancestrais. Ficamos plenos de esperança, mas não cegos diante de todas as nossas dificuldades. Sabíamos que tínhamos várias questões a enfrentar. [...] E todas nós sentimos, no instante em que Ayoluwa nascia, todas nós sentimos algo se contorcer em nossos ventres, os homens também. [...] Sabíamos que estávamos parindo em nós mesmos uma nova vida (EVARISTO, 2016, p. 113-114).

Esse trecho do conto “*Ayoluwa, a alegria do nosso povo*”, da autora Conceição Evaristo, em sua obra “*Olhos D’Água*”, mostra a força feminina por meio da fecundação de um novo ser. O respeito à ancestralidade é sentido desde o anúncio até a chegada da pequena Ayoluwa que traz consigo esperança e alegria para a sua comunidade. Aqui, a geração e o nascimento são postos como ‘milagre da vida’, ‘promessa de salvação’ de um povo sofrido. Mãe e filha resgatam a esperança adormecida dentro de sua comunidade: “O seu inicial grito, comprovando que nascia viva, acordou todos nós. E partir daí tudo mudou. Tomamos novamente a vida com as nossas mãos” (p. 114).

Ao longo da história, a mulher desempenhou variadas funções, em diversos âmbitos. No presente texto, iremos abordar a mulher negra escravizada a qual era obrigada a exercer, dentre diversas funções, as de amas de leite/mãe preta. Segundo Carneiro (2006, p. 15), estas mulheres foram/são vistas como:

(...) imagens/representações histórica e socialmente construídas: identidades designadas, exibidas e significadas sobre corpos que eram cativos, isto é, corpos que não eram seus, e estavam em condição de aleitar. Portanto, amas de leite enunciam corpos femininos, procriadores, aleitadores e escravizados, reconhecidos por nutrirem não seus próprios filhos, mas os filhos de famílias proprietárias.

A qualidade do leite da mulher negra (forte e abundante) era uma das falácias da época para justificar essa prática. Nesse contexto, a escrava que tivesse dado à luz era levada para a casa grande, com intuito de servir como ama de leite/mãe preta, amamentando e cuidando da criança branca, “(...) além de serem “jeitosas” e “carinhosas” com as crianças, não poderiam ter “vícios”. Isto é, deveriam ser limpas e não apresentar hábitos pouco civilizados, como beber aguardente e comer terra.” (DEIAB, 2006, p. 07).

A escrava da casa-grande era tida como “símbolo da fidelidade incondicional e servilismo absoluto à classe senhorial” (RONCADOR, 2008, p.130). Segundo a autora, o mito do ‘escravo fiel’ cria a ideia de devoção à casa-grande e resulta num distanciamento da figura de escravo revoltado e vingativo. Conforme Deiab (2006), a figura da ama de leite representava a crueldade a que essas mulheres eram submetidas, uma vez que eram forçadas a deixarem seus filhos. Cabe mencionar que os filhos dessas mulheres dificilmente teriam direito ao seu leite e seus cuidados. Tal realidade contribuía para o grande número de mortalidade entre crianças negras.

Dentro desse cenário, as escravas grávidas ou que tinham dado à luz tinham maior valorização. A reprodução era incentivada, por conta da lucratividade, mas a liberdade e o direito à maternidade eram negados. O alimento e o amor maternal doado aos filhos da casa-grande, em detrimento dos próprios filhos, foram e são, sem dúvidas, para essas mulheres, chorar a morte e/ou sofrimento dos seus.

Nesse sentido, Carneiro (2006, p. 17) chama atenção para apropriação do corpo negro feminino e as formas naturalizadas de violência nos discursos sociais que remetem “à impressão nesses corpos de marcas que dão a ler naquela função uma localização social inferior, além da violência que está neles impressa e cotidianamente é produzida e produtora de assimetrias sociais superpostas”. O corpo negro feminino escravizado, remetido em condições de procriação, de satisfação, de impureza e que está sempre disponível para o uso. Essas mulheres eram vistas como “[...] pessoas-coisas, ou mercadorias-propriedades que, uma vez compradas ou alugadas, podiam-se usar sem regras ou limites para finalidades plurais conforme o interesse do proprietário ou locador” (CARNEIRO, 2006, p. 17).

Destarte, esses corpos negros femininos objetivados na época da escravidão carregam marcas e sofrimento que perpassam até os dias atuais. A maternidade negada e transferida para a casa-grande reflete a violência, a exploração e a desumanização desses corpos, evidenciando a naturalização dessas práticas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Maria E. R. Procura-se “Preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”: uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1888). Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, 2006.

DEIAB, Rafaela de Andrade. A mãe-preta na literatura brasileira: a ambiguidade como construção social (1880-1950). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, 2006.

EVARISTO, Conceição. Olhos D'Água. Rio de Janeiro, Palhas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

RONCADOR, Sonia. O mito da mãe preta no imaginário literário de raça e mestiçagem cultural. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, n. 31: Brasília, 2008. Relações raciais.